



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638540 - SP (2021/0001091-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DECIO HENRY ALVES  
**ADVOGADO** : DÉCIO HENRY ALVES - SP205860  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EVANDRO AUGUSTO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EVANDRO AUGUSTO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0000877-54.2016.8.26.0397).

O paciente foi condenado à pena de 1 ano de detenção, em regime inicial semiaberto, pela prática dos crimes previstos nos arts. 306, *caput*, e 311, ambos da Lei n. 9.503/97, na forma do artigo 69 do Código Penal.

O impetrante sustenta que "a reincidência não constitui motivação idônea que justifique a não aplicação do artigo 33, § 2º, "c", do Código Penal no que diz respeito a fixação do regime de cumprimento de pena, pois, indica desproporcionalidade visto que somente em razão da agravante, o paciente inicia a condenação em regime consideravelmente mais gravoso, qual seja semiaberto, ainda que tenha sido aplicada pena privativa de detenção de um ano, razão pela qual a proporcionalidade e a individualização da pena devem ser observadas" (fl. ).

Requer, em pedido liminar e no mérito, seja fixado o regime semiaberto para início de cumprimento da pena de detenção.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do

magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente